

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, BEM-ESTAR E FELICIDADE

EVERSON CHARLLISSON DA SILVEIRA
LEIDIANE MARIA SILVA MOTA

A UTILIZAÇÃO DE JOGOS PEDAGÓGICOS PARA
ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO
FUNDAMENTAL

**FACULDADE SANTO AGOSTINHO DE ITABUNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**EVERSON CHARLLISSON DA SILVEIRA
LEIDIANE MARIA SILVA MOTA**

**A UTILIZAÇÃO DE JOGOS PEDAGÓGICOS PARA
ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo científico, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de especialista pelo curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação, Bem-Estar e Felicidade, sob a orientação/coordenação da Prof.^o Dr.^o Luciano de Oliveira Souza Tourinho.

**ITABUNA – BAHIA
2022**

S587a

SILVEIRA, Everson Charllisson da

A utilização de Jogos Pedagógicos para Alfabetização de alunos surdos para no Ensino Fundamental. /Everson Charllisson da Silveira[et al], --Itabuna: FASAI, 2021.
21p.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Luciano de Oliveira Souza Tourinho.

Trabalho de Conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Bem-estar e Felicidade pela Faculdade Santo Agostinho de Itabuna, BA – FASAI.

1.Jogos.2.Língua.3.Libras4. Língua Portuguesa.

I. Silveira, Everson Chrallisson da.II.Tourinho, Luciano de Oliveira Souza.

III. Faculdades Santo Agostinho de Itabuna. IV. Título.

CDU:376.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

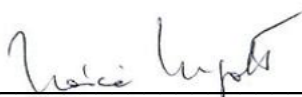
**A UTILIZAÇÃO DE JOGOS PEDAGÓGICOS PARA
ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**EVERSON CHARLLISSON DA SILVEIRA
LEIDIANE MARIA SILVA MOTA**

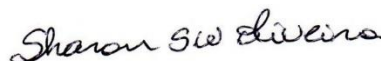
BANCA EXAMINADORA



Dr. Luciano de Oliveira Souza Tourinho
Faculdade Santo Agostinho de Itabuna



Me. Mércia Margotto
Faculdade Santo Agostinho de Itabuna



Me. Sharon Shyrley Weyll
Faculdade Santo Agostinho de Itabuna

A UTILIZAÇÃO DE JOGOS PEDAGÓGICOS PARA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Everson Charllisson da Silveira
Leidiane Maria Silva Mota

RESUMO

Este artigo tem por finalidade evidenciar a utilização de jogos pedagógicos para a alfabetização de alunos surdos, tem como objetivo observar a partir de práticas de letramento, a inserção de uma criança surda na 1ª série do ensino fundamental de uma escola inclusiva e especificando verificar como dá a prática de alfabetização dos surdos falantes da Língua Brasileira de Sinais e analisar as práticas de letramento no sentido de favorecer condições para que professores reflitam sobre novas possibilidades de olhar e avaliar o sujeito surdo; também a importância da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). De acordo com as atuais políticas públicas de inclusão, alunos surdos têm sido matriculados em escolas regulares com proposta de educação bilíngue, tendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua. A pesquisa bibliográfica foi a opção metodológica adotada, com ênfase qualitativa e descritiva, através de livros e artigos que possibilitou o diálogo com autores: Abreu (2010), Pereira (2014), Quadros (2012), Silva (2012), entre outros. Estas fontes além do instrumento principal a lei 10.436 de Libras garantiram a fundamentação teórica necessária para o aprofundamento da temática.

Palavras – chaves: Jogos. Língua. Libras. Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade evidenciar a utilização de jogos pedagógicos para a alfabetização de alunos surdos das séries iniciais do ensino fundamental, com o avanço do desenvolvimento dos meios de comunicação, permitindo uma rapidez no acesso à informação como na divulgação no sistema educacional, usando como instrumento necessário para a realização de novas aprendizagens, sendo, portanto, compreendido como peça chave de orientação pedagógica.

Com o intuito de analisar a prática docente no processo de alfabetização do aluno surdo, recorrendo e identificando as metodologias facilitadoras que colaborem para esse meio, a partir da investigação do comportamento e desenvolvimento desse aluno durante o seu período de alfabetização, durante esse período ele precisa de apoio educacional em prol de receber do seu mediador uma formação individual.

O tema é algo que transita em vários caminhos, despertando preocupações não só aos educadores, mas também de estudiosos e pesquisadores, como a todos os profissionais que

lidam diretamente com o processo de alfabetização no tocante ao aluno surdo, pois o reconhecimento da importância do estudo da mesma no ensino de surdos, ainda é deixado de lado (GÓES, 1996).

A problemática deste estudo gira em torno de uma realidade em que a prática de alfabetização dos surdos falantes da língua brasileira de sinais, ainda necessita de uma maior reflexão, no sentido de trazer evidências quanto a sua importância na educação. Portanto, há uma necessidade maior de reflexão no sentido de evidenciar a sua importância. No entanto, percebem-se nessas escolas profissionais ainda em processo de formação para lidar com a língua, a cultura e as especificidades visuais dos alunos surdos, o que fragiliza o processo de aquisição de leitura e escrita desses alunos.

O presente estudo tem como objetivo geral verificar como acontece o processo de alfabetização de alunos surdos na 1ª série do ensino fundamental, utilizando jogos pedagógicos (alfabeto, imagem, sinal). Já os objetivos específicos, buscam verificar como se dá a prática de alfabetização dos surdos falantes da Língua Brasileira de Sinais; analisar as práticas de letramento para uma criança surda no sentido de favorecer condições para que professores reflitam sobre novas possibilidades de olhar e avaliar o sujeito surdo e apontar e refletir sobre as dificuldades do professor neste contexto.

A oferta de cursos gratuitos na área de Língua Brasileira de Sinais pelo poder público para capacitar docentes quanto à alfabetização de pessoas surdas e condições favoráveis, no que diz respeito a espaço físico e material didático específico para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, contribuiria de modo positivo para o trabalho efetivo na alfabetização do aluno surdo, pois muitos surdos apresentam grandes dificuldades na compreensão e elaboração de textos (PEREIRA, 2014).

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a Língua de Sinais (LS) utilizada pelos surdos que vivem nos centros urbanos brasileiros, onde existem comunidades surdas. O interesse em libras vem sendo um novo campo de pesquisa entre educadores, mas também de estudiosos, pesquisadores, psicólogos, entre outros, visto que este tema constitui um campo fértil para discussões, pois sua área de atuação é ampla. Também é imprescindível promover uma discussão acerca da formação profissional que os educadores receberam, de forma a analisar suas práticas pedagógicas e o entendimento que os mesmos possuem no tocante ao desenvolvimento da prática de libras na sala de aula (QUADROS, 2012).

Em busca de compreender as estratégias de ensino para a alfabetização da pessoa com surdez a partir das metodologias, concepções e ações docentes, e também analisar a prática

docente no processo de alfabetização desse aluno, a partir de uma pesquisa bibliográfica. As discussões transitam em todas as áreas da educação ou que estão em contato com o processo de alfabetização. Por isso, fazem-se necessários estudos que busquem entender esta problemática com a finalidade de contribuir para o seu enfrentamento e busca de soluções.

Acredita-se que essa concepção de linguagem/leitura transforma o trabalho de ensino e aprendizagem para um foco mais amplo da linguagem para o estabelecimento de uma prática que veja a criança como participante ativa da interação verbal, cujas falas representam o diálogo que ela constitui para os textos que influenciaram o estudo bibliográfico deste artigo que tiveram como fonte os (as) autores (as) (SOARES, 1999), (GÓES, 2000), (QUADROS 2012), (PEREIRA, 2014), (SANTIAGO, 2009) entre outros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Compreendendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não é apenas uma linguagem, uma vez que prestam as mesmas funções das línguas orais, pois ela possui todos os níveis linguísticos e como toda língua de sinais, a LIBRAS é uma língua de modalidade visual-gestual, não estabelecida através do canal oral, mas através da visão e da utilização do espaço.

Difundida desde 1857 no Brasil pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Rio de Janeiro, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é originada na Língua de Sinais francesa. No entanto, desde seu surgimento até a implantação, deu-se um longo intervalo marcado pelos impasses que caracterizaram as ações governamentais da época, o que quase ocasionou a sua abolição. A sua oficialização em lei só ocorreu em 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.436 foi sancionada a lei reconhecendo a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão no país. (SANTIAGO, 2009). Posteriormente podem-se perceber vários avanços e conquistas de direitos dos surdos dentro do contexto social, profissional e educacional.

Por muitos anos a língua de sinais era considerada somente uma mímica. Muitas pesquisas foram realizadas de forma complexa, e ideias abstratas, lúdicas para expressar ideias assim como qualquer língua oral. Não só a Libras, mas qualquer outra língua gestual possui vocabulários e regras específicas não derivadas das línguas orais (BOTELHO, 2002). A Libras é composta por um alfabeto, e estrutura linguística e gramatical própria, permitindo a quem faz o uso da língua, discutir sobre qualquer assunto.

O pioneiro neste estudo foi o americano Stokoe, através da linguística e no estudo da fonologia, morfologia e sintaxe da American Sign Language (ASL), língua de sinais utilizada pelos surdos nos Estados Unidos da América (EUA), a qual mostra que a Libras apresenta uma complexidade maior nesse Estado. Ele desenvolveu um sistema de escrita da língua gestual baseado em cinco supostos quirológicos: a configuração da mão, movimento, pontos de articulação do gesto, localização, orientação da palma da mão e componente não manual ou expressões faciais. Os gestos com significados distintos resultam da combinação dos diferentes tipos de quiremas (SILVA, 2012).

Surgiram outros linguistas que também estudaram as línguas gestuais, ao invés de fonologia, que é o estudo dos sons, estuda-se a quirologia, o estudo da mão ou das configurações de mão, movimentos, entre outras unidades mínimas das línguas de sinais. Como a língua de sinais se desenvolve de forma lúdica utilizando as mãos, cabeça e outras partes do corpo, por estarem privados da audição. Sobre isto, SALLES (2004), menciona:

“A LIBRAS é adotada de uma gramática constituída a partir de elementos Constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É adotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. A LIBRAS é a língua utilizada pelos surdos que vivem em cidades do Brasil, portanto não é uma língua universal” (p. 221).

A LIBRAS é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com as Comunidades Surdas. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às Línguas Orais (LO), como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico de poder e de força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua (Aprendendo Língua Brasileira de Sinais como segunda língua, 2008).

Pensar na escola é pensar nas possibilidades dos profissionais em estudar várias outras formas sociais e pedagógicas para que o pensamento da escola passe a ver o sujeito como um ser de produção de sentidos, valores e identidades. Precisamos questionar o papel que a escola desempenha, e principalmente, uniformizar sujeitos para a redução de suas vidas em “reproduzir” a realidade de outros (Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais, 1998).

A luta por uma educação para todos vem adquirindo destaque nos processos políticos brasileiros. As políticas públicas orientam que as escolas devem se preparar para acolher a diversidade de acordo com a Lei nº 9.610/98 e conforme a Lei Brasileira de Inclusão 2015. Em termos de políticas públicas, o paradigma da inclusão norteia até o momento as políticas e ações educacionais, de modo que é prioritariamente obrigação da escola regular garantir a educação dos alunos com deficiência (SALLES, 2004).

As diferentes formas de proporcionar uma educação à criança de uma escola dependem das decisões político-pedagógicas adotadas pela escola. Ao optar por essa educação, o estabelecimento de ensino assume uma política em que duas línguas passarão a ser exercitadas no espaço escolar. Segundo SKLIAR (2005, p. 27), “Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas”.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9394/ 96), garante o processo de inclusão de todos os alunos com deficiências em escolas públicas em turmas regulares. Em seu artigo 4º, inciso III, a LDB aponta para o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

Nesse mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 58, define a educação especial e especifica como deve ser esse atendimento e, reforça, também, o fato de que ele deve acontecer desde a mais tenra idade da criança; e, em seu artigo 59 estipula métodos e técnicas para esse atendimento:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

É preocupante o fato de políticas públicas e determinações pedagógicas que orientam o atendimento de alunos surdos nas escolas regulares apresentarem uma precária experiência

histórica e social envolvendo indivíduos ouvintes com a língua e a cultura surda. Diante desse impasse para os surdos, ainda há várias problemáticas, já que professores vêm encontrando muitas dificuldades em compreender a capacidade de expressão dos sujeitos surdos, instaurando nesse processo de exclusão. Para a educação de surdo, é necessário que se utilize o bilinguismo, onde está incluída a língua de sinais local e língua escrita (BRASIL, 2015). A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que realmente sente ao relatar sua história, de como o conhece e de comunicar-se com os outros. Ela marca o acesso do homem à cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir novas ações (SOARES, 2006).

A educação especial para surdos parece não ser o marco adequado para uma discussão significativa sobre a educação dos surdos. Mas, ela é o espaço habitual onde se produzem e se reproduzem táticas e estratégias de naturalização dos surdos em ouvintes, e o local onde a surdez é disfarçada. De acordo com Salles (2004, p.12):

Os processos para as crianças surdas são produzidos dentro de uma subclasse de educação chamada ‘especial’. No caso da educação especial, significa algo adicional ao comum; na verdade é uma subdivisão ou uma porção que daí se limita. Pressuposições são feitas a partir de ‘capacidade de absorção’ de tais crianças marcadas, a respeito das possíveis limitações de seus potenciais cognitivos, ao invés de questionar se ‘canais de absorção’ alternativos poderiam ser-lhes disponíveis. Ironicamente, todos os esforços de instrução e reabilitação focalizam-se, muitas vezes exclusivamente, do canal ‘perdido’ que falta como a única característica ao redor da qual todo o ensino deveria girar. Esta retração irônica pela educação especial produz um mundo limitado de aprendizado de interação social. Embora esta obsessão por ouvir possa ser traçada, a combinação da fala com a linguagem, o resultado imediato é uma opressão direta das crianças surdas e uma negação das identidades sociais que lhes podem estar disponíveis como adultos surdos.

A necessidade de construir um território mais significativo para a educação dos surdos nos conduz a um conjunto de inquietações acerca de como narramos aos outros, de como os outros se narram a si mesmos, e de como essas narrações são colocadas de um modo estático nas políticas e nas práticas pedagógicas.

2.1. Alfabetização e letramento do surdo

A alfabetização e o letramento se unificam a partir da utilização da escrita pelo aluno no processo de aprendizagem e do domínio de um código para ler e escrever. O aluno assimila o aprendizado através de atividades visuais, escritas orais para a sua utilização como código de comunicação, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar e produzir conhecimento

envolvendo desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem, de uma maneira geral, é preciso estratégias de ensino (FERNANDES, 2008). Quando a pessoa com surdez ainda não tem capacidade de escrever um texto, o professor deve orientar e pedir para que ela contribua para as atividades escrevendo listas ou frases sobre o tema abordado. Produções coletivas ou em pequenos grupos também ajudam a pessoa surda a se expressar melhor pela escrita.

A leitura, a compreensão e a produção numa relação de contexto social, são três eixos bases para que a alfabetização e o letramento tomem parte do ensino da língua em sua prática social de se alfabetizar letrando, segundo Soares (2006) ao declarar que alfabetizar significa orientar a criança para um domínio do ato de ler e escrever, ainda levá-la a uma prática de leitura e de escrita.

A forma lúdica de ensino levará o aluno a um estado ou condição de adquirir uma compreensão e a consequência será visto no resultado da escrita individual e seu domínio. O letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever (SOARES, 2006. p.18). Os surdos que não adquirem uma língua têm dificuldade de perceber as relações e o contexto mais amplo das atividades em que estão inseridos, assim o seu desenvolvimento e aprendizagem ficam fragmentados.

Quando uma criança surda tem acesso a sua língua natural, ou seja, a língua de sinais, ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante à dos ouvintes, diferindo apenas na forma como aprendem que é visual e não oral-auditiva. No entanto, a maioria das crianças surdas vem de famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais, e por isso, é essencial a imersão escolar na primeira língua das crianças surdas, já que essa aquisição da linguagem permite o desenvolvimento das funções cognitivas. As propostas cognitivistas contemplam, em geral, uma abordagem racionalista, isto é, pressupõe alguma capacidade inata. A linguagem aqui, segundo Santos (2008) é entendida como parte da cognição.

2.2. O processo de alfabetização do aluno surdo

A aquisição da LIBRAS para a linguagem das crianças surdas se apresenta como uma competência específica para a produção e decodificação dos signos. O educador/professor é o agente formador/responsável na formação desse aluno como incentivador para o aprendizado, dessa forma Stainback (1999, p. 9) afirma:

Para dirigirem-se às necessidades dinâmicas dos alunos, em um número crescente de salas de aula, os professores estão assumindo o papel de organizadores de ambientação das salas de aula, das experiências de aprendizagem, dos recursos e das condições dos procedimentos e das práticas para o ensino aprendizagem. A participação do aluno, a interação e a aprendizagem interdependente são o foco principal. Os recursos e as técnicas para fornecer informações e dirigir o currículo de uma maneira que os alunos tenham não somente habilidades e as oportunidades, mas também a motivação e o foco para dirigirem as suas necessidades de aprendizagem, são os desafios do professor.

Para Soares o letramento e a alfabetização são os meios que transformam a realidade de cada um, melhorando cada vez mais, levando a alfabetização do surdo a todas as áreas e lugares que possa haver comunicação, desde que respeitada como ser humano igual a todos, mesmo dentro da sua individualidade.

O letramento não pode ser considerado um “instrumento” neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais (SOARES, 1998, p.75).

Para Magda Soares (2006), o letramento pode ser estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais da leitura e escrita, que circulam na sociedade em que vivem, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral. A autora acrescenta que a alfabetização não é um processo único de decodificação e codificação da língua escrita, ela leva em conta os diversos contextos da língua e suas práticas, para todas as pessoas, inclusive as pessoas com necessidades auditivas especiais. Ainda a autora esclarece que a alfabetização ocorre por meio de práticas sociais de leitura, de escrita, de memorização visual ou lúdica mostrando a figura e o sinal, assim o aluno surdo vai memorizar aprendendo o alfabeto e as matérias escolares como os ouvintes.

Segundo Ferreira (2020), alfabetizar e letrar juntos são um processo aplicado a todos os alunos nas séries iniciais, para os alunos especiais é similar, a diferença é que o surdo se utiliza de sinais para se comunicar. Ambos são alfabetizados com a teoria e letrados com as experiências vividas. A autora afirma que nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem (FERREIRO, 2020). Faz-se necessário reconhecer que os alunos têm suas particularidades e diferenças, interesses e habilidades completamente diferentes, que não aprendem da mesma maneira, pois cada sujeito é único e tem o seu ritmo para aprender.

Deve-se pensar em uma preparação para os profissionais para incluir crianças com

necessidades especiais no ensino fundamental, pois nesse processo, o educador irá estar diretamente interligado com esses alunos favorecendo o desenvolvimento das habilidades para a prática pedagógica, com o auxílio de um programa assistencial infantil, que atende essas crianças, que obrigatoriamente deve estar presente na escola (ALVES, 2009).

Alves (2009) relata a respeito de uma educação inclusiva mais efetiva:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p.45,46).

Quando ocorre o preconceito da sociedade quanto à pessoa com surdez, é preciso que haja educadores qualificados e ambiente adequado para o atendimento aos alunos amenizando essa problemática, dando importância à perspectiva de atender às exigências da sociedade que só alcançará seu objetivo quando todas as pessoas tiverem acesso à informação e conhecimento necessário para a formação de sua cidadania (ALVES, 2009).

Contudo é papel do professor criar meios que facilitem o aprendizado do aluno surdo. No que rege a lei, o Decreto nº 5.626/05, diz que a pessoa surda tem direito ao ensino da língua de sinais a Libras e também da Língua Portuguesa como segunda língua, desde a educação infantil. O aluno surdo aprende uma língua na qual não fala ou não possui maior fluência.

O Português é uma língua oral-auditiva e a Libras é visual-espacial, como toda língua de sinais. Isso implica dizer que a criança, para adquiri-la, precisa ter o contato com um usuário. (...) Nessa direção, pensar a alfabetização da pessoa surda requer pensar em possibilitar o acesso à construção do conhecimento por meio da língua de sinais, e para isso são necessários professores fluentes na Libras (SCHMIEDT, 2006, p.19).

Os alunos com necessidades especiais auditivas possuem dificuldades, assim como os ouvintes, terão dificuldade no aprendizado, mas isso não significa que os alunos não irão aprender, por isso é importante que os alunos com necessidade especiais auditivos aprendam primeiro a sua língua materna, ou seja, Libras. A educação especial passa por uma transformação em termos da sua concepção e diretrizes legais. É preciso estabelecer um plano de ação político-pedagógico que envolva a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Faz-se necessário lembrar que a Educação Especial delineia um processo de construção e compreensão de posicionamentos quanto às orientações e diretrizes atuais.

Com o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no

ensino fundamental, devemos levar em consideração que as mudanças são frequentes, principalmente quando consideramos que toda a nossa tradição histórica tem sido preconceituosa e discriminativa. O processo de alfabetização do aluno surdo é muito objetivo, pois os métodos variam de acordo com cada necessidade do aluno.

Como menciona Góes (2000, p.31), ter como eixo fundamental, “a produção de significado em relação ao mundo da cultura e a si próprio é um processo necessariamente mediado pelo outro, é efeito das relações sociais vivenciadas [...] através da linguagem”. A educação de surdos não envolve apenas considerar a necessidade do uso de duas línguas, mas, significa unificar a linguagem de forma natural para os surdos.

A leitura sensorial está ligada a visão, o tato, a audição, o olfato, podem também estarem ligados aos aspectos lúdicos como: o jogo de cores, imagens, sons, cheiros e dos gostos que incitam o prazer, a busca que pode agradar ou trazer rejeições aos sentidos. Para Kleiman (2002), “os objetivos na leitura são importantes para outro aspecto, o da formulação de hipóteses” (p. 80).

Diferentes estudos de Richaudeau (1969) mostraram que os olhos não apreendem individualmente, eles precisam dos signos individualmente, mas para aprender precisa por pacotes, dessa maneira, é normal pular certas palavras. A visão possui uma sequência periférica, ou seja, a visão gravaria seis a sete signos mesmo que pulando alguns não perderiam o sentido da frase. Ler é antes de qualquer coisa uma percepção de identificação e de memorização dos signos. No processo de alfabetização de surdos deve-se evitar a língua portuguesa sinalizada, ou qualquer outro método que não seja a Língua de Sinais Brasileira (LSB). Recuperar a produção literária da comunidade surda é necessário para tornar produtivo o processo de alfabetização.

2.3 A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - no contexto do Ensino Fundamental

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças e de trocas de conhecimento, precisando, portanto, atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões. Diferente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas entram na escola sem o conhecimento da língua, sendo que a maioria delas vem de famílias ouvintes que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a LIBRAS seja, no contexto escolar, não só língua de instrução, mas, disciplina a ser ensinada, por isso, é imprescindível que o ensino de LIBRAS seja incluído

nas séries iniciais do ensino fundamental para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber informações escolares em língua de sinais.

O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, por isso, não basta somente à escola colocar duas línguas nas classes, é preciso que haja a adequação curricular necessária, apoio para os profissionais especializados para favorecer surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado à particularidade de cada aluno. Sobre isso, Skliar (2005) menciona: “Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas”.

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da República Federativa do Brasil, III, Art. 205).

A escola deve apresentar alternativas voltadas às necessidades linguísticas dos surdos, promovendo estratégias que permitam a incursão e o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua. As diferentes formas de proporcionar uma educação à criança de uma escola dependem das decisões político-pedagógicas adotadas pela escola. Ao optar por essa educação, o estabelecimento de ensino assume uma política em que duas línguas passarão a ser exercitadas no espaço escolar. Quanto a isso, os profissionais sabem que existe uma grande preocupação no rendimento escolar, por isso, o educador deve estar preparado para lidar com situações constrangedoras, pois terá contato com diferentes tipos de alunos.

Há ainda, uma grande preocupação quanto à participação dos pais na escola, pois são poucos os que estão presentes na educação escolar. Os mesmos, muitas vezes desconhecem a LIBRAS, pois utilizam gestos que são produzidos naturalmente. No processo de inclusão no âmbito escolar, deverá ser feito um trabalho de conscientização que é um trabalho essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária, na qual as diferenças sejam consideradas e respeitadas.

2.4 Jogos Pedagógicos para Alfabetização

Os jogos pedagógicos para alfabetização de alunos surdos são considerados instrumentos fundamentais que contribuem de modo positivo e significativo para ensino e aprendizado, utilizados em várias áreas da educação, compõem papel importantíssimo no

ensino de libras e quando utilizados para alfabetizar constroem sua identidade surda através da linguagem. É considerado como prática social e cultural dotado de significações, que promovem o desenvolvimento.

O jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação de real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil. (PIAGET, 1971 p. 160)

Os jogos têm a sua contribuição na alfabetização, as atividades lúdicas facilitam o funcionamento do sistema alfabético e os saberes em sala, isso remete ao papel do brinquedo educativo. Admitindo as várias funções, como: recreação, diagnóstico do desenvolvimento social e da personalidade e estratégias para o ensino de conteúdos (KISHIMOTO, 2003), pois, como sabemos os sujeitos surdos não possuem o mesmo canal linguístico da comunidade ouvinte, eles usam as mãos e a visão para a comunicação e compreensão do mundo, de acordo com Couto (2007), ressalta a necessidade de compreender alguns objetivos para a proposição das atividades com jogos e algumas características para sua aplicação. O jogo, além do aspecto lúdico como já mencionado, faz com que a pessoa com surdez se utilize dos órgãos do sentido como a visão para assimilar as informações que as imagens educativas do jogo trazem, e o tato no manuseio do objeto, ajudando de modo significativo no processo de alfabetização.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi à opção metodológica adotada, com ênfase qualitativa e descritiva, através de artigos que possibilitou o diálogo com autores: (SOARES, 1999), (GÓES, 2000), (QUADROS 2012), (PEREIRA, 2014), (SANTIAGO, 2009) entre outros, estas fontes além do instrumento principal a lei 10.436 de Libras garantiram a fundamentação teórica necessária para o aprofundamento da temática. Pesquisar significa descobrir significados, construir e organizar de modo racional um trabalho, tornando-o descomplicado e satisfatório.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem bibliográfica, que trata sobre o assunto, onde se fez uma análise que, de acordo com o objetivo principal observar a partir de práticas de letramento, a inserção de uma criança surda na 1ª série do ensino fundamental de uma escola inclusiva, que tem por finalidade evidenciar a utilização de jogos pedagógicos para

a alfabetização de alunos surdos. A pesquisa tem como característica principal interpretar o fenômeno pesquisado, objetivando a descrição, a compreensão e seu significado, em relação à alfabetização da criança surda por meio de jogos, concordando com Quadros (2006), “os jogos auxiliam em uma prática pedagógica bilíngue”. O ensino de libras vem sendo reconhecido como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam.

Essa pesquisa bibliográfica sobre a utilização de jogos pedagógicos para alfabetização de alunos surdos no ensino fundamental é o primeiro passo de uma caminhada na educação especial, de um percurso de buscas, oportunidades para conviver, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, para ter acesso a todos os bens produzidos socialmente. Os registros encontrados durante essa pesquisa irão contribuir para novas pesquisas e irão colaborar para novas argumentações no ensino de libras.

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

A reflexão sobre as atividades aprimoradas para o ensino de libras e ao aprendizado dos alunos, os potenciais em cada atividade exercida para os alunos surdos pode ser bem definida como uma história de possibilidades ou de impossibilidades, o consenso das potencialidades educacionais dos surdos não deve ser apressadamente interpretado sobre o modo como os surdos podem ser educados e como uma consequência de objetivos a serem desenvolvidos em termos de uma preposição metodológica (SALLES, 2004). Na discussão sobre a educação dos surdos, devem-se relevar as necessidades e dificuldades linguísticas dos mesmos. Atualmente, entende-se que, na educação desses alunos, a primeira língua deve ser a de sinais, pois possibilitam a comunicação inicial na escola em que eles são estimulados a se desenvolver, uma vez que os surdos possuem certo bloqueio para a aquisição natural da linguagem oral.

O ensino para alunos surdos pode ser pensado como um território de investigação educacional e de preposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas definem uma particular aproximação com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos. No entanto, a escola que se apresenta nos últimos tempos não tem oportunizado o desenvolvimento e o fortalecimento das identidades individuais, priorizando as competências voltadas às técnicas sugeridas pelo mercado contemporâneo e sua lógica alicerçada na competição e na homogeneidade da turma (SKLIAR, 2005). Deve-se apropriar de um método de ensino diferenciado da tradição perpassada, assim a atividade lúdica de forma

harmoniosa e prazerosa para eles, com significação e sentido trazendo uma possível solução ao que se trata de uma ação educativa inclusiva (BORGES, 2009).

Os recursos didáticos variados como o jogo como instrumento de grande potencial de aprendizagem da língua, promotor do desenvolvimento humano, bem aplicado a cada aluno e faixa etária foi exposto e pode-se perceber a importância da utilização desses jogos se tornando atividades deleitosas e lúdicas e sem treinos enfadonhos. Através de jogos lúdicos que visam favorecer a representação gráfica da língua gestual é uma alternativa capaz de facilitar o processo de alfabetização de surdos (ABREU, 2010).

Porém, essas ferramentas precisam ser aprimoradas melhorando a eficácia e a motivação dos surdos em aprender por meio da Libras no processo de ensino e aprendizagem visto que são escassos no âmbito escolar os jogos voltados para a alfabetização de estudantes surdos. E, para que tudo isso possa realmente se efetivar, é preciso uma mudança de mentalidade geral dos organizadores da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a utilização de jogos pedagógicos para alunos surdos no ensino fundamental com seus diversos processos e estratégias assim como, a relação com os sentidos emocional, sensorial, racional e mental, contribuem de modo significativo no processo de alfabetização com resultados significativos que vão além da sala de aula. Sabe-se que há muito que se fazer, precisa-se de profissionais empenhados e com uma atitude de sensibilidade sobre a educação especial, com uma base bem formada e dedicação, que tenham em mãos recursos diversos, que possam ajudá-los a ensinar e fazer o diferencial na vida desses alunos.

Diante de tudo que foi pesquisado faz-se necessário uma medida urgente para uma nova aquisição no processo de ensino, da leitura e escrita em libras como um letramento que considere a Língua Portuguesa a segunda língua estabelecida por meio de práticas discursivas visuais. Sabe-se que os aspectos pedagógicos que envolvem o ensino de libras sempre são criticados e sempre estará sujeito a mudanças. Planejar a educação não se configura um processo fácil, todos os envolvidos nesse processo devem planejar e pensar a educação como algo não estático, visto que há diversos problemas que perpassam pela educação. Problemas que devem ser aceitos por todos e resolvidos por todos.

Existe uma questão intrigante que caminha junto com a inclusão de alunos surdos na sala de aula do ensino comum, é uma proposta não relacionada somente com as questões da surdez, mas com questões que envolvem uma diferença diversificada num sentido de que outros

caminhos pedagógicos, outras diferenças também existem, pois vivemos em uma sociedade que também não reconhece as necessidades dos ouvintes, não tem um olhar para suas particularidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, P. M. de. **Recomendações para projetos de TICs para apoio a alfabetização com Libras**, UFMG, Belo Horizonte, agosto de 2010. Dissertação de Mestrado.

ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

Aprendendo Língua Brasileira de Sinais como segunda língua. <https://www.palhoca.ifsc.edu.br>, 2008. Disponível em: <<https://www.palhoca.ifsc.edu.br>>. Acesso em: 05/02/2022.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. **Cultura, Direitos Humanos e Educação Escolar**. Estágio Supervisionado em Magistério da Educação Infantil IV. In: BEZERRA, Lebiã Tamar da Silva. BRENNAND, Edna Gusmão de Góes (Orgs.). **Trilhas do Aprendente**. João Pessoa, v.5, UFPB, 2009.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo **Decreto Legislativo no 186/2008**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.496 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. 2002.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível: <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>

BRASIL. **Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>.

BRASIL. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: DPPE/SECADI/MEC, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. A criança no ciclo de alfabetização. Caderno 02

/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL, Casa Civil. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____, **Lei Federal nº 10.436**, de 24 de abril de 2002.

_____, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília, MEC, SEB, 2012.

COUTO, R. M. de S. **Multi- trilhas: Um jogo para auxiliar crianças surdas no processo de aquisição de segunda língua**. Brasília: Cnpq, 2006/2007.

FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000. 31p.

GÓES, Maria Cecília Rafael; **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GÓES, Maria Cecília Rafael; LACERDA, Cristina Broglie Feitosa. **Surdes, Processo Educativo e Subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

KLEIMAN, Angela. **Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2002.

KISHIMOTO, T. O jogo e a educação infantil. KISHIMOTO, T. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

LURIA, A.R. **Pensamentos e linguagens: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Arte e Científicos/EDUSP 1986.

PEREIRA, L. M. R. **Inventário de percepção de aprendizagem de competências, suporte à transferência e desempenho docente: construção e evidências de validação**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zannhar, 1971.

QUADROS, Ronice Müller. (Org.). **Estudos Surdos I**. Série Pesquisas. - [Petrópolis, RJ]: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira - Estudos Lingüísticos**, 2004. Ed 1. Artmed Psipedagogia.

QUADROS, R. M. **O "Bi" em bilinguismo na educação de surdos**. Em: A.C.B. Lodi & C.B.F. Lacerda (Orgs.). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização (pp. 187-200, 3ª ed.). Porto Alegre: Mediação. 2012.

QUADROS, R. M., Schmiedt, M. L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos** – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

RICHAUDEAU, François. **Legibilidade**. Paris, CEPL / Denoël, 1969.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**, vol. 2 - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004.

SANTOS, Raquel. **A aquisição da linguagem**. In: FIORIN, J. L. (Org). Introdução à Linguística I – Objetos Teóricos. Porto Alegre: Editora Contexto, 2008.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **Exclusão da Pessoa com Deficiência, Educação para quê?** 2009, 247f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Ana Beatriz B; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Tadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SKLIAR, Carlos; **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. 3ª edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão** - Um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. 2006.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores associados, 1998.